



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16824 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT08 - Formação de Professores

**FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CENÁRIO DA OFERTA DE CURSOS NA RFEPCT**

Luciane Soares Almeida - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Erika dos Reis Gusmão Andrade - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: CENÁRIO DA OFERTA DE CURSOS NA RFEPCT**

---

## 1 INTRODUÇÃO

A formação docente para a educação profissional e tecnológica (EPT) é a temática central deste trabalho, em que investigamos a oferta de cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados, destinados à formação de profissionais para o exercício do magistério na referida modalidade. Apresenta resultados de um levantamento realizado no percurso investigativo do nosso estudo de doutoramento em andamento, que versa sobre representação social do “ser docente” para professores da educação profissional de um Instituto Federal (IF), egressos de curso de formação pedagógica para graduados não licenciados também ofertado por um IF.

A busca empreendida foi guiada pelo objetivo de delinear o cenário da oferta de cursos de formação pedagógica para a educação profissional, especificamente no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), composta atualmente por 64 instituições, sendo 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 22 escolas

técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II, totalizando 685 unidades distribuídas entre as 27 unidades federadas do país (BRASIL, 2024a).

O recorte do *locus* se justifica por se tratar de um desdobramento de um levantamento mais amplo, realizado anteriormente, em que foram mapeadas as ofertas do curso em questão em todo o país, incluindo instituições públicas e privadas, nas modalidades presencial e a distância, a partir de dados do Censo da Educação Superior 2022 (INEP, 2023) e do Sistema e-MEC (MEC, 2023), em que se constatou que instituições participantes da RFEPCT concentram quase a totalidade da referida oferta na esfera pública.

Consideramos pertinente conhecer como essa oferta está configurada no âmbito da RFEPCT não apenas pela prevalência da oferta na rede pública, mas sobretudo pela carência de profissionais docentes licenciados na educação profissional, inclusive nas instituições da própria Rede Federal, intensificada justamente a partir do processo de expansão da modalidade no país nos idos de 2008 (Machado, 2008), que tem como marco a instituição da RFEPCT e a criação dos Institutos Federais. A formação docente para o campo da educação profissional segue sendo um grande desafio ainda na atualidade, como é confirmado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, do Ministério da Educação (SETEC/MEC) em documento recentemente publicado (Brasil, 2024b), que dentre outras questões, reconhece que há um contingente expressivo de professores da EPT que não possuem formação pedagógica.

Nessa perspectiva, a pesquisa pautou-se na abordagem quanti-qualitativa, centrada no levantamento e análise de dados relativos à oferta de cursos de licenciatura na Rede Federal contidos na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), criada em 2018, que consiste em um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais da RFEPCT, a qual reúne dados sobre corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal, para fins de cálculo dos indicadores de gestão monitorados pela SETEC/MEC (Brasil, 2024a).

O texto está estruturado por esta introdução em que situamos a problemática, o objetivo e a metodologia da pesquisa, seguido de uma breve discussão acerca do contexto da formação docente para a EPT para, na sequência, apresentar os dados coletados na PNP e nossas inferências acerca do cenário da oferta de cursos de formação pedagógica para esse segmento, especificamente no âmbito da Rede Federal, terminando com nossas considerações finais, referências consultadas e palavras-chave.

## **2 A PROBLEMÁTICA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA EPT E AS OFERTAS DE**

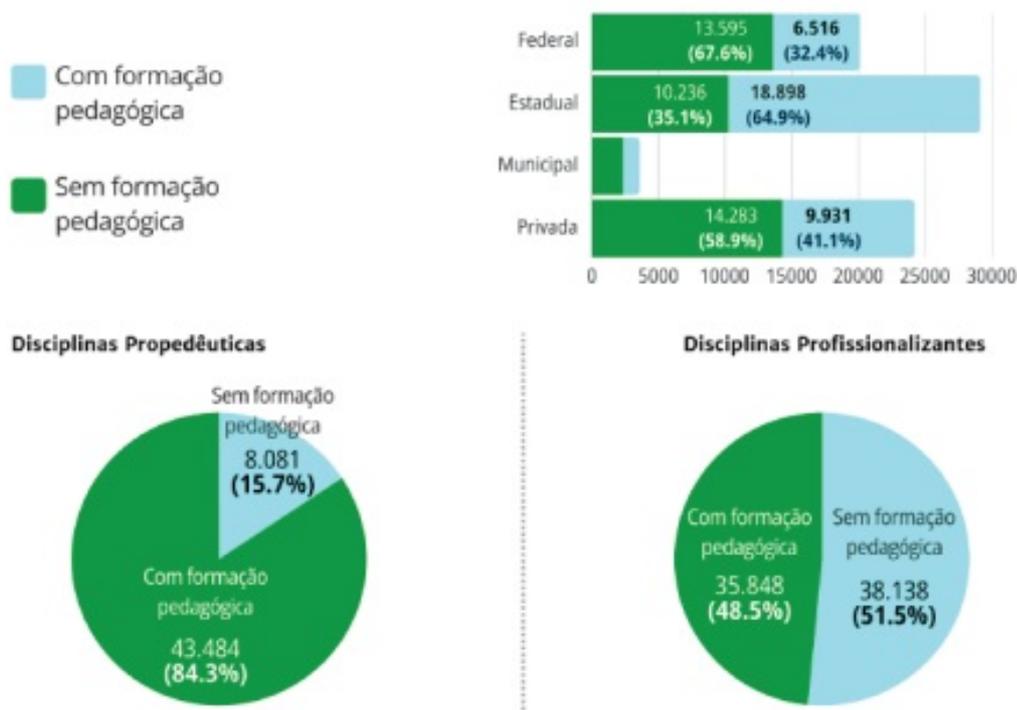
## CURSOS NA RFEPECT

A formação docente para a educação profissional e tecnológica é uma problemática histórica da modalidade, que remonta à sua oficialização no início do século XX, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, pelo então presidente Nilo Peçanha, destinadas aos “desprovidos da sorte”. De acordo com Machado (2008), apenas em 1917 houve a primeira iniciativa voltada para a formação de professores para a educação profissional, com a criação da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, em Brasília, a qual foi fechada 20 anos depois com resultados pouco significativos.

Machado (2008) apresenta um histórico detalhado acerca da formação de professores para a educação profissional, desde esta primeira iniciativa, perpassando por consecutivas reformas, mudanças de institucionalização, criação e extinção de órgãos dedicados à formação docente, decretos, portarias, resoluções, diretrizes etc., até o início dos anos 2000, evidenciando que “A falta de concepções teóricas consistentes e de políticas públicas amplas e contínuas tem caracterizado, historicamente, as iniciativas de formação de docentes especificamente para a educação profissional, no Brasil” (Machado, 2008, p. 11).

Essa constatação pode ser corroborada com dados recentes, divulgados no documento já mencionado, intitulado “Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica – Diretrizes Gerais” (Brasil, 2024b), em que constam dados estatísticos do Censo Escolar da Educação Básica de 2020, os quais apesar de pendentes de atualização e imprecisos – conforme ressalva contida no próprio documento –, indicam um contingente significativo de professores que atuam na modalidade de educação profissional, nos componentes profissionalizantes, sem formação pedagógica, conforme é possível constatar na Figura 1.

Figura 1 – Formação pedagógica dos/as docentes da EPT (2020)



Fonte: Brasil, 2024b.

Observamos pelo menos duas questões a serem discutidas a partir dos dados do gráfico. A primeira delas é sobre uma ressalva também contida no documento, que informa que se considera formação pedagógica tanto a formação inicial (licenciatura) como a formação continuada, ou seja, parte do percentual com formação pedagógica não necessariamente é licenciado e também não é indicado quais são essas formações continuadas, ou seja, o percentual de professores de componentes profissionalizantes sem formação pedagógica em licenciatura é ainda maior.

Outro ponto relativo a esses dados que destacamos é que neles estão contemplados apenas os professores de componentes curriculares profissionalizantes do Técnico de Nível Médio Integrado, ou seja, desconsideram uma parcela significativa que atua nos demais tipos de curso da modalidade (técnico concomitante, técnico subsequente, técnico integrado EJA, formação inicial e continuada ou qualificação profissional e cursos superiores de tecnologia). O próprio documento, embora apresente números relativos apenas à referida parcela dos professores da EPT, informa que o total de docentes na modalidade é de 147.579, portanto, subtraindo os 84.430 que atuam no técnico de nível médio integrado, há um contingente de 63.149 que sequer aparece no documento.

Todos esses números, apesar de imprecisos, convergem para uma realidade incontestável: há um contingente significativo de professores da EPT sem formação pedagógica. A Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal e cria os Institutos

Federais, estabelece em seu Art. 7º, inciso VI, alínea b, que consiste em um dos objetivos dos Institutos, ministrar em nível de educação superior, cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional. No Art. 8º, estabelece o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender a essas ofertas (Brasil, 2008). Nesse sentido, realizamos a consulta à Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024a) para identificar, a partir de indicadores de gestão, como a Rede Federal está respondendo às demandas acima citadas e cumprindo o disposto em lei, haja vista concentrar as ofertas desses cursos na esfera pública, e por também apresentar essa demanda de formação para parcela de seus próprios professores.

## **2.1 A oferta de Licenciaturas na Rede Federal e o lugar da formação para a docência na EPT**

A oferta de cursos de licenciatura na Rede Federal, de acordo com dados disponíveis na PNP (Brasil, 2024a), do ano de 2023, configurou-se da seguinte maneira: 41 instituições ofertantes (38 institutos, 2 CEFET e o Colégio Pedro II), 27 cursos de licenciatura, contemplados em 468 ofertas distribuídas em todo território nacional. Dessas 468 ofertas, 63 (13,4%) são do curso de Química, 63 (13,4%) do curso de Ciência Biológicas, 61 (13%) do curso de Matemática e 59 (12,6%) do curso de Física, o que confirma o atendimento do estabelecido da referida lei, sobre a oferta de cursos de licenciatura na Rede Federal ser prioritariamente nas áreas de ciências e matemática (Brasil, 2008).

A mesma lei, no mesmo artigo (Brasil, 2008), destaca também como área prioritária das licenciaturas a educação profissional, no entanto, em termos quantitativos, a oferta dos cursos de formação pedagógica para EPT em 2023 foi de apenas 15 (3,2%) ofertas, sendo 9 do curso de Licenciatura para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica e 6 de Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes, números bem menos expressivos que os cursos das áreas de ciências e matemática, embora igualmente prioritária.

Convém esclarecer que a formação pedagógica para graduados não licenciados, assim denominada na legislação vigente, no âmbito da RFEPCT é designada pelas nomenclaturas “Licenciatura para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica” e “Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes”, ambos voltados especificamente para professores que possuam graduação (bacharelado ou tecnólogo), que atuam ou desejam atuar na modalidade de EPT. A principal diferença entre esses dois formatos é que o Programa Especial

possui carga horária menor que a Licenciatura. Ambos podem ser ofertados nas modalidades presencial e à distância.

Para observarmos a evolução dessas ofertas, extraímos os dados dos últimos 7 anos, abrangendo o período de 2017-2023, conforme disponibilidade da PNP, comparando o total de ofertas de cursos de licenciatura para a educação básica com a quantidade de ofertas de cursos de formação pedagógica para EPT:

Tabela 1: Evolução das ofertas de cursos de licenciatura para educação básica e de cursos de formação pedagógica para a Educação Profissional e Tecnológica, no período de 2017-2023

<b>Cursos</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Total de Cursos de Licenciatura para Educação Básica	385	406	424	429	437	454	468
Cursos de Formação Pedagógica para EPT	17 (4,4%)	19 (4,7%)	16 (3,8%)	14 (3,3%)	14 (3,2%)	13 (2,9%)	15 (3,2%)

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024a)

Nos dados reunidos na Tabela 1, podemos perceber que houve um aumento da oferta de cursos de licenciatura na Rede Federal ao longo dos últimos anos, mas isso não se refletiu na oferta de cursos de formação pedagógica para EPT, que não só não cresceu, como apresentou um decréscimo entre 2019 e 2022 em termos absolutos. Em termos percentuais, fica mais evidente a pequena representatividade da oferta, corroborando o não cumprimento da atenção prioritária disposta em lei. Compreendemos que o quantitativo de cursos não é garantia de formação, mas é, sem dúvida, uma condição importante para o enfrentamento do baixo índice de formação pedagógica entre os professores da modalidade.

Cunha *et al* (2023), ao analisarem o processo de expansão e interiorização dos cursos de licenciatura nos Institutos Federais, questionam o papel dessas instituições na formação dos professores para a EPT observando que, “[...] embora se preocupem com a formação de professores para a Educação Básica, os IFs acabam por negligenciar a formação de professores para a educação profissional” (Cunha *et al*, 2023, p. 319) e também destacam o não cumprimento ao disposto na lei de criação dos institutos.

Os mesmos autores fazem uma observação sobre o impacto positivo da formação pedagógica em uma licenciatura voltada especialmente para a EPT para

o trabalho docente na Rede Federal, apostando que “[...] a qualidade das aulas e da atenção à formação integral dos estudantes seria muito beneficiada”. Dito isto, lançam um questionamento fundamental: “Mas como fazer esse tipo de exigência para os bacharéis se a própria instituição oferece um número tão reduzido de cursos? (Cunha *et al*, 2023, p. 320).

Conforme dito anteriormente, a oferta dos cursos por si só não é garantia de qualificação docente na modalidade, mas é uma condição importante que deve ser proporcionada aos professores bacharéis e tecnólogos da Rede Federal, assim como é preciso que haja incentivo por parte das instituições para que os professores busquem a formação e tenham condições de realizá-la em serviço. Isto posto, reunimos a seguir alguns dados extraídos da PNP para traçar o panorama quantitativo da oferta dos cursos de formação pedagógica para EPT e oferecer uma visualização da sua distribuição em território nacional nos últimos 7 anos.

Tabela 2: Síntese da oferta de cursos de Formação Pedagógica para EPT, por região geográfica, estados, instituições, cursos, modalidades, ingressantes e concluintes, no período de 2017-2023

Regiões	Estados	Instituições	Ofertas	Modalidades	Ingressantes	Concluintes
Centro-Oeste	Distrito Federal	IFB	8	Presencial	429	119
	Goiás	IFG IFGOIANO	25	Presencial e a Distância	562	361
Nordeste	Bahia	IFBA	35	Presencial e a Distância	222	110
	Ceará	IFCE	4	A Distância	0	85
	Maranhão	IFMA	6	A Distância	194	64
	Rio Grande do Norte	IFRN	17	Presencial e a Distância	277	113
Norte	Amapá	IFAP	20	A Distância	138	40
	Amazonas	IFAM	1	A Distância	0	0
	Pará	IFPA	2	Presencial	0	16
	Roraima	IFRO	11	Presencial e a Distância	291	78
Sudeste	Espírito Santo	IFES	8	A Distância	1159	293
	Minas Gerais	CEFET-MG IFSULDEMINAS IFTM	19	Presencial e a Distância	744	484
	São Paulo	IFSP	29	Presencial e a Distância	879	299
Sul	Rio Grande do Sul	IFFARROUPILHA IFRS IFSUL	114	Presencial e a Distância	1747	662
	Santa Catarina	IFSC	15	Presencial e a Distância	868	310

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (Brasil, 2024a)

Observamos, inicialmente, que apenas 20 instituições da Rede Federal ofertam cursos de formação docente para a EPT, do total de 41 instituições ofertantes de cursos de licenciatura na RFEPCT; inclusive, há estados em que não há sequer 1 oferta, como se pode notar pelas ausências nas 5 regiões. Verificamos, também, que a distribuição entre as ofertantes é bem desigual: há institutos com uma expressiva quantidade de cursos, como é o caso dos IF do Rio Grande do Sul (IFFARROUPILHA, IFRS e IFSUL) com 114 ofertas, em detrimento do IFAM, no Amazonas, que teve apenas 1 oferta no período pesquisado. É importante ressaltar que, em regra, esses cursos não são voltados apenas para os professores da Rede, mas aberto ao público em geral.

Nota-se um predomínio do formato de cursos a distância, em detrimento do formato presencial. Isso pode se justificar pelo incremento advindo da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por meio de editais de fomento, via Universidade Aberta do Brasil (UAB). Relacionamos também a esta condição os altos números de ingressantes em quantidades pequenas de cursos, como se pode observar nos dados do IFES.

Um item que nos chama bastante atenção é, sem dúvida, a disparidade entre o número de ingressantes e o número de concluintes em praticamente todos os estados. Nota-se que a evasão é bem significativa. Se fizermos uma conta rápida, a título de ilustração, somando os ingressantes e os concluintes temos a seguinte proporção: 7.510 ingressantes e 3.034 concluintes. Obviamente, seria necessário fazer muitas outras comparações, com outras licenciaturas ofertadas por esses institutos, com as demandas locais, considerando o contexto institucional e regional, mas esses números já evidenciam que é fato que a evasão é expressiva e requer um estudo aprofundado para identificar suas causas e pensar em soluções.

Os resultados revelam que há um esforço por parte das instituições da RFEPCT para oferecer formação para o quadro docente da EPT, mas o quantitativo se apresenta insuficiente e a distribuição em território nacional é significativamente desigual, se mostrando discrepante ao disposto na lei. Além disso, as ofertas apresentam altos índices de evasão.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na pesquisa ora apresentada, nos propusemos a delinear o cenário da oferta de cursos de formação pedagógica para a educação profissional e tecnológica, especificamente no âmbito da RFEPCT. A partir dos dados extraídos

na PNP (Brasil, 2024a), chegamos à conclusão de que o cenário das ofertas se apresenta desarticulado, com ofertas fragmentadas, com altos índices de evasão e insuficientes frente à demanda significativa de professores sem formação pedagógica que atuam na modalidade.

Consideramos que esse contexto requer uma atuação sistêmica da Rede Federal, eventualmente por meio de oferta conjunta, que assegure incentivos para professores bacharéis e tecnólogos participarem. As instituições da Rede Federal, ofertantes de cursos de licenciatura, devem fazer frente a esta demanda de formação, assumindo-se como *lócus* privilegiado de formação docente para a educação profissional e tecnológica, haja vista sua expertise na modalidade, somada a sua atuação também na formação de professores.

Concluímos que, para tanto, se faz necessário um processo de avaliação das ofertas já realizadas, pautada no diálogo com os professores formadores e, principalmente, com os professores da Rede Federal que são egressos desses cursos. Esse pode ser um caminho na direção de propostas de formação que atendam às necessidades da docência na EPT e respondam aos anseios dos professores bacharéis e tecnólogos.

#### **PALAVRAS-CHAVE:**

Formação de professores; Formação Pedagógica; Educação Profissional e Tecnológica; RFEPECT.

#### **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)>. Acesso em: 10 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plataforma Nilo Peçanha.** Brasília, DF, 2024a. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/npn>. Acesso em: 03 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica Diretrizes Gerais.** Brasília, DF, 2024b. Disponível em: <https://www.calameo.com/books/007669453e11d453a39c2>. Acesso em: 03 jun. 2024.

CUNHA, Fanley Bertoti da *et al.* Institutos Federais e a formação de professores: um olhar para o processo de expansão e interiorização dos cursos de licenciatura. In: ESTEVES, Anderson Alves; HECK, Fernando Mendonça; SILVA, Grazielle

Nayara Felício (Orgs.) **Sindicalismo e SINASEF-SP – Vol. 1**. Jundiaí-SP: Paco Editora, 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

**Censo da Educação Superior 2023**: Microdados. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Acesso em: 10 out. 2023.

MACHADO, L. R. de S. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e**

**Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 8-22, jul. 2008. ISSN 2447-1801. Disponível em:

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2862>. Acesso em: 16 out. 2023.

MEC. **Sistema e-MEC**. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Disponível em: . Acesso em: 20 out. 2023.